

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE GUARAPARI/ES.

Processo Licitatório nº 2.271/2020
Concorrência Pública nº 002/2020



MIGUEL LOYOLA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 10.551.165/0001-05, localizada na Rua Desembargador Lourival de Almeida, Quiosque 08, Centro, CEP: 29.200-250, Guarapari/ES, por intermédio de seu representante legal Sr Miguel Loyola, devidamente qualificado e credenciado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/1993, interpor, tempestivamente, RECURSO em face da decisão proferida pela na da ata de julgamento dos documentos contidos nos envelopes de propostas técnicas dos licitantes da Concorrência Pública nº 002/2020 no dia 16 de junho de 2020, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo – DOM/ES no dia 25/06/2020, o que faz declinando de seu inconformismo no articulado a seguir:

I) DOS FATOS:

Pautada no argumento do descumprimento dos requisitos previstos na alínea "b", do item 6.3 do Edital, a Comissão Técnica indeferiu os certificados emitidos pelas instituições de ensino: Conectar treinamento e Consultoria, Fundação Bradesco, FBV Cursos, Abrafordes.

II) DOS FUNDAMENTOS:

Inadmissível é o argumento apresentado pela Comissão para indeferir os certificados em questão, uma vez que os mesmos seguem a base legal da Lei nº 9394/96, do Decreto Presidencial nº 5.154, de 23 de julho de 2004, Art. 1º e 3º e as normas do Ministério da Educação (MEC) pela Resolução CNE nº 04/99, Art. 11, referente à educação continuada do trabalhador.

Destaca-se que o Edital não exigiu que os cursos fossem técnicos e/ou de graduação, especificando somente que os mesmos fossem cursos de qualificação na área compatível com o objeto da licitação. Logo, se percebe que os certificados apresentados não devem ser desconsiderados, uma vez que são válidos para o fim de qualificação, sendo aceito em todo o território nacional.

As instituições oferecem cursos com igualdade aos cursos ofertados pelo SENAI e/ou SEBRAE, sendo estas igualmente instituições privadas de interesses públicos.

Portanto, espera o Recorrente almeja a reconsideração de sua pontuação.

III) DOS PEDIDOS:

Posto isso, requer dessa CPL que o presente Recurso seja conhecido e totalmente provido, para o fim de retificar a pontuação do Recorrente, fazendo constar os cursos em questão.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Guarapari/ES, 03 de junho de 2020.


MIGUEL LOYOLA - ME

